

## Empresas Indústria

# Farmacêutica Segundo a OMS, prejuízo no mundo pode chegar a US\$ 60 bi Perda bilionária estimula combate à pirataria no país

Mônica Scaramuzzo  
De São Paulo

A venda de medicamentos piratas virou um problema de segurança mundial. Vários países trabalham para combater o mercado negro. De acordo com o último levantamento da Organização Mundial da Saúde (OMS), a venda de produtos falsificados no mundo provocou um prejuízo fiscal de US\$ 35 bilhões no ano passado. Esse valor pode ser elevado para US\$ 60 bilhões em 2010, segundo estimativas. Só para comparar, a venda de remédios no Brasil movimentou cerca de R\$ 30 bilhões em 2009.

Em entrevista ao Valor, Jay Crowley, consultor sênior do FDA (Food and Drugs Administration), órgão regulador dos Estados Unidos, um dos mais respeitados do mundo, afirmou que há discussões sobre implementação de programas em vários países para combater a comercialização de medicamentos falsos. "Vários países trabalham para ter um programa eficiente."

Entre os remédios mais falsificados do mundo estão o Viagra, da Pfizer, e o Cialis, da Eli Lilly, que combatem disfunção erétil. No Brasil, esses medicamentos costumam ser contrabandeados pela fronteira, sobretudo do Paraguai. Desde abril do ano passado, a Pfizer passou a adotar embalagem diferenciada para tentar inibir a falsificação da famosa pílula azul. No Reino Unido, apenas uma em cada 10 pílulas azuis apreendidas costuma ser original. No Brasil, a Pfizer fatura cerca de R\$ 170 milhões com a venda do Viagra. No mundo, atinge US\$ 1,9 bilhão.

Crowley não especifica os prejuízos por país. Uma pesquisa encomendada pela Pfizer em 14 países da Europa indica que o mercado negro de medicamentos pode atingir cerca de € 10 bilhões por ano. No Brasil, a estimativa, sem base de dados em pesquisas, pode atingir entre 10% e 15% da receita total com a venda de medicamentos (de um total R\$ 30 bilhões), de acordo



Jay Crowley, consultor sênior da FDA: a rastreabilidade é uma das formas de se combater a venda de remédios falsos

com fontes do setor.

A rastreabilidade, segundo Crowley, é uma das formas de se combater a venda de remédios falsos. "A ideia de rastreabilidade é saber o que acontece com a cadeia de suprimentos", afirmou. "Os países desenvolvidos e os emergentes falam a mesma língua no combate aos medicamentos falsos e todos necessitam saber o que ocorre", diz Crowley.

O Brasil já está em fase de implementação de um programa de rastreabilidade de medicamentos, que contará com selo de autenticidade, que está em desenvolvimento pela Casa da Moeda à pedido da Anvisa (Agência de Vigilância Sanitária). Em recente entrevista ao Valor, Dirceu Raposo, presidente da Anvisa, falou que a discussão da rastreabilidade no país começou há cerca de três anos e há uma lei que já vigorava há um ano no país "Além de garantir a autenticidade e rastreabilidade do produto, garante também o controle fiscal e da produção."

"Acho que a Organização Mundial da Saúde (OMS) é um bom

ambiente para se discutir essas questões. Os falsificadores são bem espertos e sabem como introduzir esses produtos. A regulamentação dos governos é apenas uma parte para se combater esse tipo de procedimento porque há várias pessoas envolvidas nessa questão", afirmou Crowley. "Tem que se ter uma boa cadeia de abastecimento, boa estrutura e leis que regulem esses critérios", afirmou.

Segundo Crowley, os EUA têm uma série de medicamentos produzidos em vários países. "Nós precisamos saber do acompanhamento em outros países, se está em segurança, se estão bem identificados. Acredito que o FDA e Anvisa poderiam trocar mais informações. O FDA trabalha com diferentes grupos para harmonizar regras regulatórias. Se você tem um produto aprovado (em determinado país), tem que trabalhar com outros órgãos regulatórios juntos. Há muitas empresas globais trabalhando em vários países nesse sentido."

Segundo Luiz Fernando Buainain, presidente da **Abafarma**

(Associação Brasileira do Atacado Farmacêutico), a cadeia do varejo deverá se reunir no dia 30 na Anvisa para discutir a rastreabilidade. "Além da evasão fiscal, o mais importante nesse contexto é lembrar que a população é a mais prejudicada, considerando que está consumindo um medicamento ilegal."

No dia 16, a GSI, organização internacional sem fins lucrativos, realizou um encontro em São Paulo com a cadeia do setor farmacêutico para discutir padronização global de medicamentos. As vendas de medicamentos piratas, segundo estimativas da GSI, podem superar US\$ 75 bilhões, ante os US\$ 60 bilhões estimados pela OMS. Para Ana Paula Vendramini Maniero, assessora da célula de soluções para o Brasil, a entidade sugere um padrão internacional de identificação dos produtos, com código de barras, para o combate à falsificação. "Quando se cria uma solução nacional, você restringe a aplicabilidade e dificulta a importação (do medicamento)."

# Romi registra OPA nos EUA, mas busca negociação

Máquinas

Stella Fontes  
De São Paulo

A Indústria Romi, maior fornecedora de equipamentos para a indústria de plásticos, lançou ontem uma oferta pública de aquisição (OPA) pela totalidade dos papéis da Hardinge, fabricante americana de tornos, centros de usinagem e retificadoras, após ver rejeitada em ao menos duas ocasiões a proposta de compra encaminhada ao conselho de administração. A Romi manteve o preço inicialmente oferecido, de US\$ 8 por ação, porém está aberta a avaliar sua proposta caso a companhia americana permita a condução de auditoria financeira.

"Oferecemos US\$ 8 em função de dados disponíveis. Não tivemos acesso a informações por meio de

'due diligence' que confirmem esse valor", afirma o presidente da Romi, Livaldo Aguiar dos Santos. Segundo informou, a companhia está disposta a avaliar tais dados e, eventualmente, alterar o preço — considerando-se o valor atual e a compra de 100% das ações, a OPA pode totalizar US\$ 92 milhões. "Acreditamos que o valor é bom e a colocação da oferta pode abrir portas para uma conversa."

Em relação à cotação da ação da Hardinge em 3 de fevereiro, um dia antes do anúncio público da oferta ao conselho, o preço oferecido embute prêmio de 46%.

A Romi condicionou a realização da OPA, que se estende até 10 de maio, à adesão de acionistas detentores de no mínimo dois terços do capital da Hardinge e à invalidação das "pílulas de veneno" adotadas em fevereiro pela empresa, com o objetivo de se proteger da oferta hostil.

# Lupatech Oilfield lança nova operação no Brasil

Petróleo

Rafael Rosas  
Do Rio

A recém-criada Lupatech Oilfield Services (Lupatech OFS), empresa de prestação de serviços de intervenção em poços da qual a Lupatech tem 85%, espera obter entre 10% e 12% do mercado de serviços em poços de petróleo na América Latina até 2015. Atualmente, esse mercado, excluídas as operações no pré-sal, movimenta US\$ 4,3 bilhões por ano e a expectativa é poder atingir, até 2015, US\$ 5,7 bilhões. A nova companhia inicia suas operações com a aquisição da colombiana Hydrocarbon Services (HS), que fechou 2009 com receita próxima a US\$ 12,5 milhões. Do total da receita da HS, cerca de US\$ 3 milhões vieram de contratos com a Petrobras na Colômbia.

A empresa não divulga estimativa de receitas para o primeiro ano de operações, mas seus executivos afirmaram que, no curto prazo, pretendem entrar também no Brasil e no México. O diretor financeiro da Lupatech, Thiago Alonso de Oliveira, afirmou que o começo das operações brasileiras poderá ou não acontecer via aquisição.

Além da Lupatech, a nova companhia tem como sócia a Penta Oil Field Services, dos executivos João Carlos De Luca, ex-presidente da Repsol no Brasil; Carlos Portela, ex-executivo da BP na Colômbia, e Cesar Paolini, ex-vice-presidente da Schlumberger na América Latina, que será o presidente da Lupatech OFS.

De Luca espera o início das operações no Brasil para este ano e ressaltou que o objetivo da empresa é tornar-se um ator regional em um setor controlado por multinacionais, como Schlumberger e Halliburton. A estratégia inicial é oferecer preços competitivos em poços terrestres. "Não vamos competir com os grandes do setor. Há uma demanda muito grande no Brasil, Colômbia e México, para poços com idade mais avançada, que precisam de custos menores", frisou De Luca, que será conselheiro da Lupatech OFS.

O presidente da Lupatech, Nestor Perini, afirmou que a nova empresa poderá aproveitar sinergias com a controladora e se mostrou otimista com a possibilidade de atuar também no mercado offshore. "As companhias são absolutamente complementares em muitas coisas", ressaltou Perini.

Apesar de o início das operações no Brasil não depender de uma aquisição, Paolini afirmou que "já olhamos" empresas no país. A empresa tem US\$ 16 milhões para investimentos, sendo que parte disso já foi usado na compra da HS.

"Estamos como um player pequeno em um jogo de empresas grandes. Temos que queimar etapas e nos aproximarmos das líderes", frisou Paolini. "A internacionalização é imprescindível para o crescimento", acrescentou, citando Peru e Bolívia como possíveis países para expansão.

A controladora, que na segunda-feira divulgou o resultado financeiro de 2009, acredita que a recuperação econômica global pode contribuir para resultados mais robustos em 2010. No ano passado, apesar de a empresa ter revertido o prejuízo de R\$ 29 milhões de 2008 para um lucro de R\$ 15,4 milhões, a receita líquida da empresa caiu 21,2%, para R\$ 555 milhões; devido à crise financeira.

**REDECARD**  
Redecard S.A.  
Companhia Aberta  
CNPJ nº 01.425.787/0001-04 - NIRE 35.300.147.073

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**  
Os Senhores Acionistas da Redecard S.A. são convocados pelo Conselho de Administração a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que se realizará no dia 15 de abril de 2010, às 15:00 horas, no auditório da sede social da Companhia, na Avenida Andrômeda, 2000 - Bloco 10, em Barueri (SP), a fim de: **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA:** 1. tomar conhecimento do Relatório da Administração, do Parecer dos Auditores Independentes e do Relatório do Comitê de Auditoria e examinar, para deliberação, Balanço Patrimonial, demais Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2009; 2. deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e do saldo da conta de Reserva de Retenção de Lucros; 3. eleger os membros do Conselho de Administração e deliberar sobre a reeleição do Presidente do Conselho de Administração, nos termos do artigo 13, § 8º do Estatuto Social; De acordo com o disposto nas Instruções CVM nºs 165, de 11/12/91, e 282, de 26/06/98, é necessário o percentual mínimo de 5% de participação no capital votante para que os acionistas possam requerer a adoção do processo de voto múltiplo; 4. fixar a verba destinada à remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e da Diretoria; 5. deliberar sobre a alteração dos jornais adotados pela Companhia para as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades Anônimas; **ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** 6. deliberar sobre proposta de alteração dos artigos 16, 18 e 19 e ajustes redacionais nos artigos 9º, 29, 30, 32, 34 e 36 do Estatuto Social; e 7. deliberar sobre a alteração do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Redecard. **DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DOS ACIONISTAS:** este Edital de Convocação, as Propostas do Conselho de Administração e o Manual para Participação de Acionistas nas referidas Assembleias, contendo todas as informações exigidas pela regulamentação vigente, estão à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e, também, no site [www.redecard.com.br](http://www.redecard.com.br) e nos sites da CVM e da BM&FBOVESPA. **Participação nas Assembleias:** nos termos do Artigo 126 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, e alterações posteriores, para participar e deliberar nas Assembleias Gerais o acionista deve observar que: a) além do documento de identidade, deve apresentar, também, comprovante de titularidade das ações de emissão da Sociedade expedido pela instituição financeira custodiante; b) o acionista pode ser representado por procurador constituído há menos de um ano, desde que este seja acionista, administrador da Sociedade, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos; as procurações lavradas em língua estrangeira, antes de seu encaminhamento à Sociedade, devem ser vertidas para o Português e registradas em suas traduções no Registro de Títulos e Documentos. Barueri, 29 de março de 2010. Conselho de Administração - Joaquim Francisco de Castro Neto - Presidente do Conselho de Administração.

**Curtas**

**Diretores da Celesc**  
O Tribunal de Justiça de Santa Catarina condenou ex-diretores da Central Elétrica de Santa Catarina (Celesc) a ressarcir a companhia por perdas e danos em função de um benefício que lhes garantia receber os salários mesmo depois de exonerados do cargo. A estatal de energia, entre outros argumentos de defesa, sustentou que teria autonomia para conceder o benefício já que é uma empresa de economia mista e não empresa pública. Para a Justiça, mesmo assim, a companhia tem de se submeter à legalidade.

**Mais caminhos**  
A NC² Global, joint venture entre a Navistar e a Caterpillar voltada à produção de caminhões, informou ontem que está em estágio final para escolha do local onde será instalada a fábrica brasileira. A companhia disse ainda que está em busca de acordos com fornecedores e parceiros comerciais, para estabelecimento de uma estratégia de fabricação e distribuição de caminhões no curto prazo. Neste mês, a NC² anunciou também detalhes da sua operação na Austrália, onde instalará uma fábrica e iniciará as vendas no fim do ano.

**Portobello**  
PORTOBELLO S/A  
Companhia Aberta  
CNPJ Nº 63.475.913/0001-91  
NIRE: 42300030201

**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Ficam convidados os Senhores Acionistas da Portobello S/A para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária que se realizará no dia 19 de abril de 2010, às 10h00 hs, na sede social da Companhia, na Rodovia BR 101, Km 163, Tijucas, Santa Catarina, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Apreciar o Relatório e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2009. 2. Deliberar sobre a proposta da Administração de destinação do resultado do exercício à conta de prejuízos acumulados. 3. Fixar os valores globais destinados à remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e da Diretoria. 4. Fixar o número de membros para composição do Conselho de Administração. 5. Eleição de membros do Conselho de Administração. 6. Eleição de membros do Conselho Fiscal e suplentes. Será admitido, na eleição dos Conselheiros, a adoção do voto múltiplo, desde que requerida por acionista que represente, no mínimo, um décimo do capital social, ou seja 10% das ações, até 48 horas antes da instalação da referida AGO, consoante disciplina estabelecida no artigo 141 da Lei nº 6.404/76. O acionista presente à Assembleia deverá apresentar documento de identidade (pessoa física) ou atos constitutivos (pessoa jurídica), podendo ser representado por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira. As procurações poderão prescindir de firma reconhecida em cartório e poderão ser outorgadas por meio eletrônico, desde que comprovada a autoria e integridade do documento. As procurações, que foram objeto de pedido público, deverão observar o disposto no artigo 24 da Instrução CVM nº 481/09. Os documentos e informações mínimas para subsidiar o acionista em relação às matérias objeto da presente convocação estão à disposição na sede da Companhia (artigos 9º e 10 da Instrução CVM 481/09) e já foram disponibilizadas por meio de sistema eletrônico na página da CVM.

Tijucas, 29 de março de 2010.  
Cesar Bastos Gomes  
Presidente do Conselho de Administração

**OSX**  
OSX BRASIL S.A.  
CNPJ nº 09.112.685/0001-32  
NIRE: 33.3.0028401-0

**ATA SUMÁRIA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2010.**

**I. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 19 dias do mês de março de 2010, às 8:00 horas, na sede social da OSX Brasil S.A. ("Companhia" ou "OSX"), situada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, nº 66, 14º Andar, sala 1401 (parte), CEP 22210-903. **II. MESA:** Presidente: Sr. Eike Fuhrken Batista. Secretária: Sra. Lucia Regina Guimarães Motta Zaldán. **III. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **IV. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre a verificação do número de ações subscritas no contexto da oferta pública de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Oferta"). **V. DELIBERAÇÕES:** Após detida análise da matéria constante da ordem do dia, foi verificada a subscrição de 3.063.000 (três milhões e sessenta e três mil) ações ordinárias, representando 100% (cem por cento) do total de ações emitidas no aumento do capital social aprovado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 18 de março de 2010, às 14:00 horas, efetivado no contexto da Oferta. O Conselho esclareceu que as ações emitidas conferirão aos seus detentores direito aos dividendos integrais e todos os outros benefícios que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de liquidação da Oferta. **VI. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. **VII. PRESENCAS:** Mesa: Sr. Eike Fuhrken Batista - Presidente; Sra. Lucia Regina Guimarães Motta Zaldán - Secretária. **Membros do Conselho de Administração:** Eike Fuhrken Batista, Eliezer Batista da Silva, Raphael Hermeto de Almeida Magalhães, Luiz do Amaral de França Pereira, Samir Zraick, Paulo Manuel Mendes de Mendonça, Flavio Godinho, Paulo Carvalho de Gouvêa e Leonardo Moretzsohn. A presente é cópia fiel da Ata Sumária de Reunião do Conselho de Administração da OSX Brasil S.A., assinada por todos e lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro, 19 de março de 2010. Lucia Regina Guimarães Motta Zaldán - Secretária. Arquivada JUCERJA sob o nº 00002011818 em 25/03/2010. Valéria G.M. Serra - Secretária Geral.

**Eletrobras** Ministério de Minas e Energia **BRASIL**

**ELETOBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A. - ELETROPAR**  
COMPANHIA ABERTA - CNPJ 01.104.937/0001-70 - NIRE 33300162526

**AVISO AOS ACIONISTAS**

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição, na sede da Companhia, a Avenida Marechal Floriano, 19, 15º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social findo em 31/12/2009.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2010.

Jorge José Teles Rodrigues  
Diretor Superintendente e de Relações com Investidores

**Valor Análise Setorial.**  
Levantamentos setoriais completos. A melhor ferramenta para estratégias de negócios.

**ACESSE E ADQUIRA SEU ESTUDO.**  
<http://setorial.valor.com.br>